

Sumário

CAPÍTULO 1

CONSTITUIÇÃO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional
2. Constitucionalismo moderno
3. Constituição
 - 3.1. Conceito ideal de Constituição (Constituição ideal)
 - 3.2. Concepção sociológica de Constituição
 - 3.3. Concepção jurídica de Constituição
 - 3.4. Constituição em sentido político
4. Classificação das Constituições
 - 4.1. Quanto à origem
 - 4.2. Quanto à forma
 - 4.3. Quanto ao modo de elaboração
 - 4.4. Quanto à extensão
 - 4.5. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)
 - 4.6. Quanto à finalidade
 - 4.7. Quanto à estabilidade
 - 4.8. Quanto ao conteúdo
 - 4.9. Outras classificações
 - 4.10. Classificação da Constituição Federal de 1988
5. Estrutura da Constituição Federal de 1988
6. Elementos das Constituições
7. Exercícios de fixação
8. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 2

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Classificação de José Afonso da Silva
 - 1.1. Normas de eficácia plena
 - 1.2. Normas de eficácia contida
 - 1.3. Normas de eficácia limitada
 - 1.3.1. Eficácia reduzida das normas programáticas
2. Classificação de Maria Helena Diniz
3. Exercícios de fixação
4. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 3

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. Introdução

2. Sociedade aberta dos intérpretes
3. Constituição aberta
4. Princípios de interpretação
 - 4.1. Princípio da unidade da Constituição
 - 4.2. Princípio do efeito integrador
 - 4.3. Princípio da máxima efetividade
 - 4.4. Princípio da justeza
 - 4.5. Princípio da harmonização
 - 4.6. Princípio da força normativa da Constituição
 - 4.7. Interpretação conforme a Constituição
 - 4.8. Teoria dos poderes implícitos
5. Métodos de interpretação
 - 5.1. Método jurídico (hermenêutico clássico)
 - 5.2. Método tópico-problemático
 - 5.3. Método hermenêutico-concretizador
 - 5.4. Método científico-espiritual
 - 5.5. Método normativo-estruturante
 - 5.6. Interpretação comparativa
6. Exercícios de fixação
7. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 4

ENTRADA EM VIGOR DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO

1. Retroatividade mínima das normas constitucionais
2. Força da nova Constituição sobre as normas jurídicas pretéritas
 - 2.1. Constituição pretérita
 - 2.2. Direito ordinário incompatível
 - 2.3. Direito ordinário compatível
 - 2.4. Direito ordinário não vigente
 - 2.5. Direito ordinário no período da *vacatio legis*
3. Controle de constitucionalidade do direito pré--constitucional
4. Exercícios de fixação
5. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 5

PODER CONSTITUINTE

1. Origem da teoria do poder constituinte
2. Titularidade do poder constituinte
3. Formas de exercício do poder constituinte
4. Espécies
 - 4.1. Poder constituinte originário
 - 4.1.1. Poder constituinte material e formal
 - 4.2. Poder constituinte derivado
 - 4.2.1. A problemática do poder constituinte derivado decorrente nos municípios e no Distrito Federal
 - 4.3. Poder constituinte difuso

- 4.4. Poder constituinte transnacional
- 5. Exercícios de fixação
- 6. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 6

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- 1. Princípios constitucionais
- 2. Princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988
 - 2.1. Forma de governo: república
 - 2.2. Forma de Estado: federação
 - 2.3. Regime político: Estado democrático de direito
 - 2.4. Separação dos Poderes
- 3. Fundamentos
- 4. Objetivos fundamentais
- 5. Princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais
- 6. Exercícios de fixação
- 7. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 7

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

- 1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais
 - 1.1. Distinção entre direitos e garantias fundamentais
 - 1.2. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais
 - 1.3. Origem dos direitos fundamentais
 - 1.4. Dimensões objetiva e subjetiva
 - 1.5. Classificação dos direitos fundamentais
 - 1.5.1. Primeira geração
 - 1.5.2. Segunda geração
 - 1.5.3. Terceira geração
 - 1.5.4. Quarta geração
 - 1.6. Características
 - 1.7. Titularidade dos direitos fundamentais
 - 1.8. Direitos fundamentais e relações privadas
 - 1.9. Relativização dos direitos fundamentais
 - 1.10. Irrenunciabilidade dos direitos fundamentais
 - 1.11. Restrições legais a direitos fundamentais
 - 1.12. Conflitos (colisões) entre direitos fundamentais
- 2. Organização dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988
 - 2.1. Catálogo dos direitos fundamentais
 - 2.2. Restrições e suspensões constitucionalmente autorizadas
 - 2.3. Aplicação imediata
 - 2.4. Enumeração aberta
- 3. Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5.º)
- 4. Direitos sociais
 - 4.1. Direitos sociais dos trabalhadores
- 5. Nacionalidade
 - 5.1. Brasileiros natos
 - 5.2. Brasileiros naturalizados

- 5.3. Perda da nacionalidade
- 6. Direitos políticos
 - 6.1. Condições de elegibilidade
 - 6.2. Hipóteses de inelegibilidade
 - 6.3. Perda e suspensão dos direitos políticos
 - 6.4. Princípio da anterioridade eleitoral
- 7. Disposições constitucionais referentes aos partidos políticos
- 8. Exercícios de fixação
- 9. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 8

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

- 1. Formas de Estado
- 2. Formas de governo
- 3. Sistemas de governo
- 4. A federação brasileira
 - 4.1. Surgimento
 - 4.2. Formação por agregação e por segregação
 - 4.3. Características da Federação
 - 4.4. Federalismo de segundo grau (quatro entes federados)
 - 4.5. Federalismo cooperativo e federalismo dual
 - 4.6. Federalismo simétrico e federalismo assimétrico
- 5. Organização da República Federativa do Brasil
 - 5.1. União
 - 5.2. Estados-membros
 - 5.3. Municípios
 - 5.4. Distrito Federal
 - 5.5. Territórios Federais
 - 5.6. Formação dos estados
 - 5.7. Formação dos municípios
 - 5.8. Formação dos Territórios Federais
- 6. Exercícios de fixação
- 7. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 9

INTERVENÇÃO

- 1. Natureza jurídica da intervenção
- 2. Sujeitos ativos e passivos na intervenção
- 3. Noção de intervenção espontânea e provocada
- 4. Intervenções federais espontâneas
- 5. Intervenções federais provocadas
- 6. Decreto interventivo
- 7. Manifestação dos órgãos consultivos do Presidente da República
- 8. Intervenção estadual em municípios
- 9. Exercícios de fixação
- 10. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 10

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1. Repartição de competências e Estado Federal
2. Cláusula pétrea
3. Espécies de competências
4. Modelos de repartição
5. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988
6. Principais competências enumeradas na Constituição Federal
 - 6.1. Competência exclusiva da União
 - 6.2. Competência privativa da União
 - 6.3. Competência comum
 - 6.4. Competência concorrente
7. Competências da União
8. Competências dos estados-membros
9. Competências do Distrito Federal
10. Competências dos municípios
11. Estudo das competências expressamente estabelecidas na Constituição Federal
 - 11.1. Competência exclusiva da União (CF, art. 21)
 - 11.2. Competências privativas da União (CF, art. 22)
 - 11.3. Competências comuns (CF, art. 23)
 - 11.4. Competências concorrentes (CF, art. 24)
 - 11.5. Competências municipais (CF, art. 30)
12. Importantes entendimentos jurisprudenciais do stf sobre repartição de competências
13. Exercícios de fixação
14. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 11

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito
2. Princípios constitucionais da Administração Pública
3. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos, funções e entidades
4. Acesso a cargos, empregos e funções
5. Regras constitucionais relativas aos agentes públicos
 - 5.1. Direito à livre associação sindical e direito de greve
 - 5.2. Remuneração dos agentes públicos
 - 5.3. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções
 - 5.4. Exercício de mandato eletivo
 - 5.5. Estabilidade
 - 5.6. Direitos dos trabalhadores da iniciativa privada aplicáveis aos servidores públicos
 - 5.7. Regras constitucionais relativas à previdência social dos servidores públicos
6. Obrigatoriedade de licitar
7. Responsabilidade civil da Administração Pública
8. Administração tributária
9. Participação do usuário na Administração Pública
10. Exercícios de fixação
11. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 12

PODER LEGISLATIVO

1. Separação, independência e harmonia
 - 1.1. Funções estatais

- 1.2. Sistema de freios e contrapesos
2. Poder Legislativo
 - 2.1. Congresso Nacional
 - 2.2. Câmara dos Deputados
 - 2.3. Senado Federal
 - 2.4. Temas correlatos
 - 2.5. Comissões Parlamentares de Inquérito
 - 2.6. Estatuto dos congressistas
 - 2.6.1. Imunidade material
 - 2.6.2. Imunidades formais: quanto à prisão e quanto ao processo
 - 2.6.3. Prerrogativa de foro
 - 2.6.4. Afastamento do parlamentar para ocupar cargo no Poder Executivo
 - 2.6.5. Outras prerrogativas
 - 2.6.6. Incompatibilidades e impedimentos
 - 2.6.7. Hipóteses de perda do mandato
 - 2.6.8. Imunidades dos deputados estaduais e distritais e dos vereadores
 - 2.7. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária
 - 2.7.1. Organização do TCU
 - 2.7.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais
3. Exercícios de fixação
4. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 13

PROCESSO LEGISLATIVO

1. Simetria
2. Cláusula pétrea
3. Inconstitucionalidade formal
4. Controle judicial (preventivo) de constitucionalidade
5. Processo legislativo das leis
 - 5.1. Processo legislativo ordinário e sumário
 - 5.2. Iniciativa
 - 5.3. Fase de deliberação
 - 5.4. Sanção
 - 5.5. Veto
 - 5.6. Promulgação
 - 5.7. Publicação
6. Processo legislativo das medidas provisórias
 - 6.1. Medidas provisórias antes e depois da EC 32/2001
 - 6.2. Visão panorâmica do novo processo legislativo
 - 6.3. Pressupostos constitucionais
 - 6.4. Vedações constitucionais à adoção de medidas provisórias
 - 6.5. Instituição ou majoração de impostos por medida provisória
 - 6.6. Prazo de eficácia das medidas provisórias
 - 6.7. Sobrestamento de pauta por medida provisória
 - 6.8. Controle de constitucionalidade de medida provisória
 - 6.9. Retirada de medida provisória
 - 6.10. Revogação de medida provisória por outra medida provisória
 - 6.11. Reedição de medida provisória

- 6.12. Adoção de medida provisória pelos estados e municípios
- 6.13. Vedações à medida provisória e à lei delegada
- 7. Processo legislativo das leis delegadas
 - 7.1. Processo legislativo propriamente dito
- 8. Exercícios de fixação
- 9. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 14

HIERARQUIA DAS LEIS

- 1. Normas constitucionais originárias
- 2. Normas constitucionais derivadas
- 3. Normas federais, estaduais, distritais e municipais
- 4. Espécies normativas primárias
 - 4.1. Lei complementar \times Lei ordinária
- 5. Tratados internacionais
- 6. Decretos do Presidente da República
- 7. Regimentos dos tribunais do Poder Judiciário
- 8. Outras espécies primárias
- 9. Direito pré-constitucional
- 10. Exercícios de fixação
- 11. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 15

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

- 1. Mutação e reforma
 - 1.1. Revisão constitucional
 - 1.2. Emenda constitucional
- 2. Limitações ao poder de reforma
 - 2.1. Limitações temporais
 - 2.2. Limitações circunstanciais
 - 2.3. Limitações processuais ou formais
 - 2.4. Limitações materiais
- 3. Exercícios de fixação
- 4. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 16

PODER EXECUTIVO

- 1. Noção de presidencialismo
- 2. Funções
- 3. Sistema eleitoral
- 4. Regras sobre a investidura
- 5. Impedimentos e vacância
- 6. Atribuições
 - 6.1. Decreto regulamentar e decreto autônomo
 - 6.2. Competências delegáveis do Presidente da República
- 7. Responsabilização do Presidente da República
 - 7.1. Crimes de responsabilidade
 - 7.2. Crimes comuns

- 7.3. Imunidades do Presidente da República
- 8. Vice-Presidente da República
- 9. Ministros de Estado
- 10. Órgãos consultivos
 - 10.1. Conselho da República
 - 10.2. Conselho de Defesa Nacional
- 11. Poder Executivo nos Estados e Municípios
- 12. Exercícios de fixação
- 13. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 17

PODER JUDICIÁRIO

- 1. Funções do Poder Judiciário
- 2. Organização do Poder Judiciário
- 3. Disposições gerais
 - 3.1. Garantias do Poder Judiciário
 - 3.2. Garantias dos magistrados
 - 3.3. Vedações aos magistrados
 - 3.4. Estatuto da Magistratura
- 4. Órgãos componentes do Poder Judiciário
 - 4.1. Conselho Nacional de Justiça
 - 4.2. Supremo Tribunal Federal
 - 4.3. Superior Tribunal de Justiça
 - 4.4. Justiça Federal
 - 4.5. Justiça do Trabalho
 - 4.6. Justiça Eleitoral
 - 4.7. Justiça Militar
 - 4.8. Justiça Estadual
 - 4.9. Justiça do Distrito Federal e territórios
- 5. Julgamento de autoridades
- 6. Precatórios judiciais
 - 6.1. Declaração de inconstitucionalidade pelo STF
- 7. Exercícios de fixação
- 8. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

- 1. Ministério Público
 - 1.1. Composição
 - 1.2. Posição constitucional
 - 1.3. Princípios do Ministério Público
 - 1.3.1. Princípio da unidade
 - 1.3.2. Princípio da indivisibilidade
 - 1.3.3. Princípio da independência funcional
 - 1.3.4. Autonomia administrativa e financeira
 - 1.3.5. Princípio do promotor natural
 - 1.4. Funções do Ministério Público
 - 1.5. Ingresso na carreira

- 1.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais
- 1.7. Garantias dos membros
- 1.8. Vedações constitucionais
- 1.9. Conselho Nacional do Ministério Público
- 1.10. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas
- 1.11. Prerrogativa de foro
- 1.12. Atuação perante o Supremo Tribunal Federal
- 1.13. Iniciativa de leis relativas ao Ministério Público
2. Advocacia pública
3. Advocacia
4. Defensoria pública
5. Exercícios de fixação
6. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 19

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção: rigidez e controle de constitucionalidade
2. Presunção de constitucionalidade das leis
3. Tipos de inconstitucionalidades
 - 3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão
 - 3.2. Inconstitucionalidade material e formal
 - 3.3. Inconstitucionalidade total e parcial
 - 3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta
 - 3.5. Inconstitucionalidade derivada
 - 3.6. Inconstitucionalidade originária e superveniente
4. Sistemas de controle
5. Modelos de controle jurisdicional
6. Vias de controle
7. Momento do controle
8. Brevíssimo histórico do controle de constitucionalidade no Brasil
9. Controle político
 - 9.1. Controle realizado pelo Poder Executivo
 - 9.2. Controle realizado pelo Poder Legislativo
 - 9.3. Controle realizado pelos tribunais de contas
10. Controle incidental
 - 10.1. Legitimação ativa
 - 10.2. Competência
 - 10.3. Declaração da inconstitucionalidade
 - 10.4. Recurso extraordinário (exigência de “repercussão geral”)
 - 10.5. Efeitos da decisão
 - 10.6. Atuação do Senado Federal
 - 10.7. Súmula vinculante
11. Controle abstrato
 - 11.1. Metodologia do nosso estudo
 - 11.2. Estudo da ADI (genérica)
 - 11.2.1. Legitimação
 - 11.2.2. Objeto
 - 11.2.3. Causa de pedir aberta
 - 11.2.4. Participação do PGR e AGU

- 11.2.5. Intervenção de terceiros e *amicus curiae*
- 11.2.6. Pedido de informações
- 11.2.7. Imprescritibilidade
- 11.2.8. Indisponibilidade
- 11.2.9. Suspeição e impedimento de ministro
- 11.2.10. Medida cautelar em ADI
- 11.2.11. Decisão de mérito em ADI
- 11.3. Estudo da ADO
 - 11.3.1. Legitimação
 - 11.3.2. Objeto
 - 11.3.3. Participação do Advogado-Geral da União
 - 11.3.4. Medida cautelar em ADO
 - 11.3.5. Decisão de mérito
- 11.4. Estudo da ADC
 - 11.4.1. Pedido
 - 11.4.2. Legitimação
 - 11.4.3. Objeto
 - 11.4.4. Comprovação da existência de controvérsia judicial relevante
 - 11.4.5. Ausência do pedido de informações
 - 11.4.6. Não participação do Advogado-Geral da União
 - 11.4.7. Medida cautelar em ADC
- 11.5. Estudo da ADPF
 - 11.5.1. Legitimação
 - 11.5.2. Objeto
 - 11.5.3. Hipóteses de cabimento
 - 11.5.4. Natureza subsidiária
 - 11.5.5. Medida cautelar em ADPF
- 11.6. Estudo da ADI interventiva
 - 11.6.1. Legitimação
 - 11.6.2. Objeto: ofensa aos princípios sensíveis
 - 11.6.3. Decisão do STF
 - 11.6.4. ADI interventiva estadual
- 11.7. Controle abstrato nos estados-membros
 - 11.7.1. Legitimação
 - 11.7.2. Competência
 - 11.7.3. Parâmetro de controle
 - 11.7.4. Recurso extraordinário contra decisão do TJ
 - 11.7.5. Simultaneidade de ADI
- 11.8. Controle abstrato no Distrito Federal
- 12. Exercícios de fixação
- 13. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 20

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- 1. Estado de defesa
 - 1.1. Hipóteses
 - 1.2. Procedimento
 - 1.3. Duração
 - 1.4. Abrangência

- 1.5. Medidas coercitivas
2. Estado de sítio
 - 2.1. Hipóteses
 - 2.2. Procedimento
 - 2.3. Prazo
 - 2.4. Medidas coercitivas
 - 2.5. Disposições gerais relativas ao estado de defesa e ao estado de sítio
3. Forças armadas
4. Segurança pública
 - 4.1. Polícia Federal
 - 4.2. Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal
 - 4.3. Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares
5. Exercícios de fixação
6. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 21

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Princípios gerais da atividade econômica
2. Atuação interventiva do Estado
 - 2.1. Atuação estatal como agente normativo e regulador
 - 2.2. Atuação estatal direta (como Estado administrador)
3. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica; prestação de serviços públicos; ordenação dos transportes
4. Política urbana
5. Política agrícola e fundiária e da reforma agrária
6. Sistema financeiro nacional
7. Exercícios de fixação
8. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 22

ORDEM SOCIAL

1. Seguridade social
 - 1.1. Financiamento da seguridade social
 - 1.2. Saúde
 - 1.3. Previdência social
 - 1.4. Assistência social
2. Educação
 - 2.1. Princípios do ensino
 - 2.2. Organização do ensino
 - 2.3. Conteúdos
 - 2.4. Universidades
 - 2.5. Financiamento da educação
3. Cultura
 - 3.1. Patrimônio cultural brasileiro
4. Desporto
5. Meio ambiente
6. Ciência e tecnologia
7. Comunicação social

- 7.1. Concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens
- 7.2. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso
9. Índios
10. Exercícios de fixação
11. Gabaritos dos exercícios de fixação

CAPÍTULO 23

FINANÇAS PÚBLICAS

1. Normas gerais
2. Orçamentos
 - 2.1. Princípios constitucionais orçamentários
 - 2.1.1. Princípio da anualidade
 - 2.1.2. Princípio da universalidade
 - 2.1.3. Princípio do orçamento bruto
 - 2.1.4. Princípio da unidade
 - 2.1.5. Princípio da exclusividade
 - 2.1.6. Princípio da quantificação dos créditos orçamentários
 - 2.1.7. Princípio da especificação
 - 2.1.8. Princípio da publicidade
 - 2.1.9. Princípio da legalidade
 - 2.1.10. Princípio da não afetação
 - 2.1.11. Princípio da programação
 - 2.1.12. Princípio da clareza
 - 2.1.13. Princípio do equilíbrio orçamentário
 - 2.1.14. Princípio da proibição do estorno
 - 2.2. Leis orçamentárias
 - 2.2.1. Plano plurianual (PPA)
 - 2.2.2. Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)
 - 2.2.3. Lei orçamentária anual (LOA)
 - 2.3. Lei complementar sobre matéria orçamentária
 - 2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias
 - 2.4.1. Emendas aos projetos de leis orçamentárias
 - 2.5. Vedações constitucionais
 - 2.6. Créditos adicionais
 - 2.7. Limites para despesa com pessoal
3. Exercícios de fixação
4. Gabaritos dos exercícios de fixação

BIBLIOGRAFIA